

○ PROBLEMA DA AUTONOMIA E DA DENOMINAÇÃO DA LITERATURA ANGOLANA

*Fernando A. Albuquerque MOURÃO **

RESUMO: Uma incursão no histórico da evolução do romance africano permite, até certo ponto, aclarar as ambigüidades surgidas ao longo do processo. O romance, a par das outras formas da ficção ou da poesia é, sem dúvida, um dos instrumentos para o conhecimento dessa fase do processo colonial. Uma das obras centrais da literatura angolana do começo do século dá-nos essa idéia. A divulgação da literatura africana fora do espaço nacional deve ser apresentada num quadro de autonomia, independentemente da língua utilizada.

Palavras-chave: África; Angola; Literatura; Período colonial

A ambigüidade que perpassa os fatos sociais ocorridos no lapso dos vários tempos que interagem ao longo de quadro histórico do processo colonial e a fase da descolonização decorre, entre outros fatores, do fato de que normalmente ocorre uma sobreposição, por vezes inconsciente, por outras consciente, da posição do autor e das personagens de ficção na sociedade ou da sociedade que estão integrados ou em relação a sociedade de referência.

A ideologia do processo colonial, em suas várias fases, e a dinâmica do processo social, dão sentido aos fatos. O fato de se localizar na sociedade não quer dizer participar da sociedade. E de que sociedade? Da sociedade enquanto referência racial ou em função da referência social propriamente dita, ou ainda nas suas múltiplas variações ou face a um referencial cultural real ou ideal. O

(*) Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

processo colonial ao longo do tempo variou em termos da referência: ser ou não ser cristão; ser ou não ser civilizado; ser ou não ser desenvolvido. A dualidade referencial, em princípio objetiva em si, complica-se face às características dos atores envolvidos no processo, a duplicidade dos papéis. O escritor africano no contexto da sociedade colonial, embora localizado na sociedade sociologicamente dominante, nem sempre participa da sociedade de referência. Em termos do grupo social situa-se, preferencialmente, como um estrato social, localizado entre duas classes sociais ou mesmo duas categorias sociais em confronto. Toda uma ambigüidade perpassa essa dupla posição, que tende a aumentar com o aparecimento de um parâmetro cultural ritmado no novo tempo. Não se trata de cair numa simplificação ou na discussão em termos de moderno versus tradicional, de valorizar mais este ou aquele, numa perspectiva idealizada dos fatos, mas antes de situar no contexto histórico o papel das culturas envolvidas no processo. A redução à dicotomia levará certamente a uma simplificação. Por sua vez o termo tradição apresenta muitas variações. Georges Balandier fala de algumas delas; há uma tradição de natureza religiosa; uma tradição de tipo formal; uma pseudo-tradição; uma tradição no sentido de resistência, entre outros significados.

É inegável que, quando da passagem da policultura tradicional para a monocultura imposta pelos colonizadores em amplas regiões do continente africano, certos aspectos da cultura africana tradicional foram se perdendo em favor da cultura exógena. Toda uma mutação ocorreu com conseqüências as mais variadas. O que é incontestável é o fato de que o processo colonial criou uma dualidade em termos de **nós** e **eles**, privilegiando a cultura do colonizador e fazendo terra rasa das culturas dos colonizados, postura que estava na base do processo de legitimação do colonialismo perante o concerto internacional das nações.

O colonizador veio para *salvar as almas*, para *civilizar*, para *cooperar*, como se diz hoje numa fase mais sofisticada do processo de dependência. O recurso à cultura africana, como parâmetro, quando ocorre, varia entre uma posição real e uma posição ideal. Neste último caso por vezes mistificadora da realidade e de suas referências. O problema que se coloca é o de redescobrir a cultura africana no passado e no presente no quadro das nacionalidades. Uma incursão no histórico da evolução do romance africano permite, até certo ponto, aclarar as ambigüidades surgidas ao longo do processo. O africano que aparece como objeto da história, surge como objeto da trama da ficção, nos chamados romances de viagens e mesmo nos romances de compilação, onde já aparecem referências ao mundo cultural africano, através da inclusão de frases em línguas africanas e toda uma sorte de referências, de sentido exógeno. No chamado romance da colonização o social passa a tomar destaque. Nessa fase aparece também o ro-

mance de referência etnográfica, em que se pretende mostrar o universo africano de dentro, mas resulta em uma situação ideal. Uma literatura em que o africano passa a ser sujeito da trama romanesca começa a surgir.

No contexto da narrativa, ora se privilegia o grupo no mundo tradicional – é o caso da literatura oral –, ora o indivíduo, no caso da literatura centrada em torno de personagens localizados nos estratos sociais intermediários – período colonial – com referência a situações caracterizadas por uma dupla posição em termos da categoria social e da referência cultural. No primeiro caso o narrador é o personagem principal; o aspecto comunitário é central, enquanto que no segundo a densidade da personagem está direta ou indiretamente relacionada com a multiplicidade de relações no campo do social e das referências de natureza cultural.

A LITERATURA E O FATO POLÍTICO

A falta de uma literatura política específica pode ser compensada pelo recurso à literatura, como registro do clima dos vários tempos do processo colonial, até que a historiografia africana avance. O romance, a par das outras formas da ficção ou da poesia é, sem dúvida, um dos instrumentos para o conhecimento dessa fase do processo colonial. Por outro lado, a literatura também é um precioso instrumento do neocolonialismo. Segundo Alfredo Margarido¹, *o peso do fato colonial* pode prolongar-se para *além das independências*, pelo que há que *se chegar a uma verdadeira autonomia do imaginário africano*.

Entre a recuperação das raízes africanas e a autonomia *do imaginário africano*, existe uma gama de situações intermediárias que esclarecem a evolução e a dinâmica do processo colonial e político, suas contradições, seus avanços. Uma das obras centrais da literatura angolana do começo do século dá-nos essa idéia. António de Assis Júnior², ao relatar uma situação tipicamente iníqua, situa aqueles que defendeu na categoria sociocultural de nativos, o que era natural face à sua própria posição sociocultural. Nessa obra registra-se o uso da expressão *gentio* em relação à população de Dala Tando, ao que parece em relativa oposição a *nativos e naturais*.

A resposta dada a uma agressão racista na imprensa de Luanda, no início do século, a obra coletiva conhecida pelo título *Voz d'Angola clamando no deser-*

(1) MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do jogo, 1980, p. 120.

(2) ASSIS JUNIOR, António. *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Lisboa/Luanda: Edições 70 e União dos Escritores Angolanos, 1980.

to³, é um exemplo típico de uma enérgica reação escrita no melhor português de Camilo Castelo Branco, e evidencia uma cultura formal idêntica à do colonizador, própria a esse segmento social do espaço social luandense. Neste caso temos o fator racial determinando uma reação social. Em Luanda, os chamados naturais, que tinham atingido um certo grau em termos de educação formal, situavam-se numa posição social, enquanto estrato, com características especiais. Ocupavam cargos em escala variada na administração pública, mas era-lhes impedida a presença no campo comercial, ocupado unicamente por brancos. A comunidade branca reservava para si o setor comercial, base da vida econômica à altura, garantindo assim o comando da vida societária. O núcleo dos chamados naturais letrados representava de certo modo um estrato intermediário e, até certo ponto, isolado. Com o desenvolvimento econômico, entre outras causas, esse núcleo foi perdendo a sua importância pois, aos poucos, viu-se despojado da base material. A política de desapropriações levada a efeito face ao crescimento da cidade de Luanda permitiu a aniquilação desse estrato social, tão representado na literatura.

Nasce para o mundo formalmente oculto uma expressão de *angolanidade*, cuja força maior está no fato de pertencer ou fazer parte da cultura angolana – luandense, embora situada social e politicamente na sociedade luandense, tridimensional: a sociedade dos brancos, realimentada periodicamente com a vinda de novos emigrantes; a sociedade dos chamados naturais e uma sociedade periférica, mais numerosa, constituída de africanos ditos não assimilados. A *angolanidade* é uma das múltiplas dimensões pela qual se manifestou a presença angolana ao longo do processo colonial, a par do registro da luta armada que sempre se sentiu no interior do país. As formas de consciência – nacional variaram de grupo para grupo, mas o importante é assinalar a sua progressão no tempo.

DA RESISTÊNCIA À NAÇÃO

O tema do choque cultural é central em grande número de escritores angolanos. O universo dos personagens africanos choca-se com o dos brancos, com as autoridades.

Uanhenga Xitu, em *Mestre Tamoda e Kahitu*⁴ põe em evidência o conflito, através de uma linguagem plena de humor, retratando uma situação ao mesmo tempo trágica e cômica:

(3) *Voz de Angola chamando no deserto*. Oferecida aos amigos da Verdade pelos Naturaes. Lisboa, 1901.

(4) XITU, Uanhenga. *"Mestre" Tamoda e Kahitu*. São Paulo: Ática, 1984, p. 13-14.

- *Quem te ensinou este português?*
- *Nós ouvimos ontem no sungi, sô-psora.*
- *De quem?*
- *Do mano Tamoda, sô-psora...*
- *Então, para se esquecer dele, vais levar uma lição.*

E o rapaz foi cruelmente palmatoado e varado.

- *Fiquem já avisados – dizia a professora, dirigindo-se para os alunos – Não quero palavras do português do Tamoda cá dentro e nem lá fora. E todo aluno que for denunciado que continua a usá-lo será castigado. E como exemplo está aí o vosso colega – Kidi ainda choramingava e torcia-se – nada do português do Tamoda. Em vez de estudarem a matéria da escola passam o tempo a decorarem disparetes!...*

- *A seguir a esta preleção, a professora, com a ajuda dos alunos mais crescidos, fez uma geral nos livros, pastas, carteiras e bolsos dos alunos. Conseguiu caçar folhas soltas de dicionários, além de cadernos completamente cheios de putos do Tamoda. A última parte da aula limitou-se a isso.*

Da Escola a casa, pelo caminho, os fãs do Tamoda vinham a comentar a estupidez da professora e do ódio que o “povo cavalgadura”, nos dizeres de Tamoda, mostrava contra o “homem de ndunda”.

Nos cadernos que os pais compravam para os exercícios, o professor, depois de regressara, encontrou muitos vocábulos que não constavam em nenhum dicionário português. Eram de invenção de Tamoda, e muitos deles de signi-ficação pornográfica.

O curso do Tamoda encerrado.

Arnaldo Santos⁵ no conto *A menina Vitória* focaliza o tema do choque cultural e lingüístico ao abordar o contexto do ensino na língua portuguesa numa escola dos musseques de Luanda:

Nas suas redações vagueava então tímido sobre as coisas, com medo de poisar nelas, decorava os nomes das árvores, das aves, dos jogos descritos no seu livro de leitura. Procurava esquecer o colorido vivo das penas dos maracachões, dos gungos, dos rabos-de-junco que ele perseguia na floresta e cujo canto escutava trêmulo atrás dos muxitos, o sabor ácido dos tambarinos que colhia sedento, o suor e o cansaço das longas caminhadas pelas barrocas, a emoção de seus jogos

(5) SANTOS, Arnaldo. *Kinaxixe e outras prosas*. São Paulo: Ática, 1981.

de atreza cassambula. Imitava passivamente a prosa certinha do gosto da menina Vitória. Esvaziava-a das pequeninas realidades insignificantes que ele vivia, das suas emocionantes experiências do menino livre, agora proibidas e imprestáveis.

Luandino Vieira⁶, que viveu nos musseques “*sete anos de boa infância descuidada*”, no conto *O fato completo de Lucas Mateso*, presentifica um outro exemplo: Um dia, ao receber a visita da esposa, Lucas Meteso, que estava detido por suspeita de atividades nacionalistas, pede para que esta lhe traga um *completo*, o que despertou suspeitas nos guardas. Ao voltar, quando de nova visita, a esposa traz-lhe roupas limpas, um fato: – é o completo que o marido lhe pedira com tanta insistência. Os guardas revistam tudo, descosturam o terno e nada encontram. Submetem Lucas a um interrogatório violento e nada conseguem. Lucas volta à cela, maltratado mas feliz, pois sente-se vitorioso na medida em que percebeu que os guardas não haviam entendido o que pedira à esposa: o completo, um gostoso prato quente feito à base de peixe, bananas e azeite de palma, agora elevado a ato de resistência cultural.

Os exemplos se multiplicam e nos levam a concluir que estamos perante uma literatura de circunstância, resultante de um processo histórico e social específico.

A importância da literatura de resistência ficou patente pelo uso político que dela se fez na década de 50 e 60. Nessa época, à falta de documentação histórica disponível e mesmo de textos de Ciências Humanas, escassos, quer em Portugal, quer nas então colônias, o recurso à divulgação da literatura africana cumpriu um duplo papel: o de revelar a África a seus próprios filhos, tolhidos pelo processo de assimilação, e ao chamado mundo culto. Nesse sentido Aimé Cesaire conclamava no final do I Encontro Anual de Escritores e Intelectuais Negros, em 1956: *Deixem entrar a África na Grande Cena da História*.

Em continuação ao trabalho iniciado pelo Centro de Estudos Africanos, que funcionou em Lisboa graças à ação de Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Francisco Tenreiro, entre os nomes normalmente mais citados, um grupo de jovens desenvolveu na antiga Casa dos Estudantes do Império, Lisboa e Coimbra, um trabalho de difusão da cultura africana e das literaturas nacionais de cada um dos espaços coloniais. A divulgação da literatura angolana, a par das literaturas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique servia de antídoto ao assimilacionismo oficial e permitia criar uma personalidade cultural face a um meio que não só não aceitava a especificidade cultural africana como a desconhecia Como fenômeno estético. Os

(6) VIEIRA, Luandino. *Vidas novas*. 3ª. ed. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 111-138.

organizadores do setor de publicações da então CEI de Lisboa, Costa Andrade e Carlos Eduardo Ervedosa, viram frustradas as suas tentativas de encontrar um editor, mesmo entre os editores progressistas, para lançar os textos de autores africanos. É curioso observar que o mesmo ocorrera, anos antes, em Paris, quando Ahmadou Kourouma pretendia editar o seu romance *Les soleils des indépendances*. A recusa não era só de natureza cuidadosa face ao risco político na publicação dessas obras. Ficou patente o desinteresse e não-aceitação dessa literatura; apenas algumas escassas referências apareceram na imprensa portuguesa dessa época precisa. Entre elas, uma nota do crítico Álvaro Salema, relativa à publicação, em 1960, do *Contistas angolanos*, CEI; alguns escritos do ensaísta francês Pierre Hourcade, então diretor do Instituto Francês de Lisboa, sobre as obras de Castro Soromenho, e algumas e notas que, sistematicamente, apareciam na revista *Vértice*, de Coimbra. Aos poucos os autores do grupo da *Mensagem*, da *Cultura* (2ª fase), do movimento *Vamos Descobrir Angola*, passam a ser conhecidos não só no espaço de língua portuguesa como no exterior. Jovens escritores angolanos estiveram presentes em encontros internacionais: Arnaldo Santos, que então trabalhava no Uíge, Henrique Guerra e outros, tiveram a ocasião de dar a conhecer seus trabalhos e os de seus companheiros que já se encontravam presos: Luandino Vieira, António Cardoso, António Jacinto e tantos outros. A redescoberta de suas próprias culturas pelos próprios africanos e, no plano dos europeus, dar-lhes a conhecer a especificidade das culturas africanas foi o objetivo principal da então chamada Secção de Estudos Ultramarinos, cuja designação dentro do espírito da terminologia oficial permitia encobrir seu escopo: o reencontro com a cultura africana asfixiada pela cultura oficial do colonizador. Durante o anos em que colaborei e dirigi esse setor da CEI, quer em Coimbra, quer em Lisboa, tive ocasião de observar as mutações.

A identificação cultural ia surgindo aos poucos. Todo um passado guardado na memória dos mais velhos atingia finalmente os mais novos, claro que através de uma leitura diferente dos mesmos fatos, mas sem fugir à sua essência. Embora se tratasse de um aprendizado artificial, intelectualizado, não há dúvida de que resultou, no mínimo, numa racionalização ou melhor, num caminho para a racionalização dos sentimentos.

LITERATURA E DENOMINAÇÕES

A denominação sob a qual estas literaturas têm sido registradas permite compreender sua evolução e o contexto em que se inserem na perspectiva da sua

(7) ANDRADE, Mário e TENREIRO, Francisco. *Cadernos de poesia negra de expressão portuguesa*. Lisboa, 1953.

evolução no tempo. Denominações de circunstância foram e são ainda utilizadas, mostrando seu caráter provisório, e, em alguns casos, mesmo inadequados.

Em 1953, surge em Lisboa o *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*⁷, por iniciativa do intelectual Mário de Andrade, à época estudante, e do santomense Francisco José Tenreiro. Essa publicação marcou uma oposição contra a ideologia de assimilação cultural. O movimento da negritude de Leopold Senghor e Aimé Césaire – no momento uma forma de reação contra a corrente assimilacionista da França colonial – fazia escola entre alguns jovens intelectuais das colônias portuguesas que se defrontavam com problemas semelhantes, embora os dois processos tivessem apresentado características específicas. Mário de Andrade utiliza, inicialmente, a negritude como processo estético até que, já em Paris, se distancia do movimento, enquanto Francisco José Tenreiro, um dos mais notáveis poetas de São Tomé, permaneceu relativamente ligado a essa corrente.

Em 1959, Mário de Andrade⁸, já morando em Paris e integrado à revista *Présence Africaine*, publica através da editora de Jean Pierre Oswald, a *Antologia de poesia negra*, obra de referência obrigatória, que se tornou clássica. Tanto o texto de 1953 quanto o de 1959 são lidos e relidos pelos estudantes africanos em Portugal e serviram de ponta de lança para demonstrar, perante o chamado mundo culto ocidental, a existência e a especificidade de uma literatura negra nos espaços coloniais de Portugal.

O tema negro e africanidade, expressões de afirmação por parte dos africanos reagindo à assimilação, foi utilizado como uma expressão do nacionalismo africano nascente, em torno do qual se reuniram mestiços, negros e “brancos de variadas orientações”. O isolamento em que se encontrava Lisboa e as então colônias, a par das conseqüências assimilacionistas, não permitiram que essas gerações tivessem um conhecimento mais profundo do movimento da negritude e de outras expressões culturais que despontavam ou se firmavam nas colônias francesas e inglesas em África.

Em 1975, já no processo da independência das ex-colônias, Mário de Andrade⁹ publica em Lisboa a *Antologia temática da poesia africana*, volume I: *Na noite grávida dos punhais*, e, em 1979, o volume II: *O canto armado*, de uma série de 3 volumes. Aqui o autor já não utiliza a denominação *negra* ou *expressão portu-*

(8) ANDRADE, Mário. *Antologia de poesia negra de expressão portuguesa*. Paris: Jean Pierre Oswald, 1969.

(9) ANDRADE, Mário. *Antologia temática de poesia africana*. Vol. I: *Na noite grávida dos punhais*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

guesa, substituindo pela denominação *poesia africana*. Alfredo Margarido¹⁰ inova a denominação, dando o título de *Estudo sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa* a uma obra editada em Lisboa em 1980, que reúne vários artigos publicados nos últimos anos, dando ênfase à denominação *nações africanas*. Manuel Ferreira¹¹ lança em 1975 a antologia poética *No reino de Caliban* – Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa, volume I: Cabo Verde e Guiné-Bissau e volume II: Vol. II: Angola e São Tomé e Príncipe, faltando o volume III: Moçambique, enfatizando em todos a expressão “poesia africana e expressão portuguesa”. Pires Laranjeira¹², autor português, utiliza “expressão angolana” no seu estudo *Antologia de poesia pré-angolana*, cuja edição foi em 1976.

É curioso salientar a posição do professor norte-americano Russel Hamilton¹³ que em *Voices of an empire – a history of Afro-Portuguese literature*, 1975, opta pela denominação ‘Literatura da África lusófona’, expressão que utiliza com o objetivo de colocar a literatura das ex-colônias portuguesas no mesmo nível da literatura africana francófone e anglófone. Hamilton coloca essas literaturas no mesmo plano, mas utiliza a denominação *África lusófona* para valorizá-la.

Como vimos, boa parte das denominações utilizadas relacionam-se ora com uma perspectiva de resistência cultural, ora com a de enfatizar o papel da Língua Portuguesa, refletindo a circunstancialidade do fato histórico.

CONCLUSÃO

A maioria dos países africanos prosseguem como meta, a partir das independências, projetos de unidade nacional a partir das então fronteiras coloniais. Recorde-se que a Organização da Unidade Africana, quando de sua constituição em 1963, numa postura pragmática e sábia politicamente, aceitou o princípio da intangibilidade das fronteiras – *uti possidetis juris* – evitando, até certo ponto, o confronto de fronteiras. Neste quadro a idéia de Nação surge mais como um projeto do que como uma realidade. Realidade é o país e o governo, o país como base territorial e o governo/partido instrumentando a Nação como proje-

(10) MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

(11) FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban* – Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa. Vol. I: Cabo Verde e Guiné-Bissau. Lisboa: Seara Nova, 1975. Vol. II: Angola e São Tomé e Príncipe. Lisboa: Seara Nova, 1976.

(12) LARANJEIRA, Pires. *Antologia da poesia angolana*. Porto: Afrontamento, 1976.

(13) HAMILTON, Russel. G. *Voices from an empire*. A history of Afro-Portuguese literature. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.

to. Paralelamente a literatura deve ser entendida no quadro nacional, independentemente da língua em que é escrita. A universalização, pela língua, e a denominação pela referência à unidade nacional – o país – são variáveis que coexistem.

A essência do processo não escapou ao falecido presidente Agostinho Neto, para quem “*quando falamos da problemática da língua, ou de expressão de ideias, pensamos antes que tudo no nacional, para depois alargarmos os conceitos ao universal. Neste momento a África é a África, com os seus problemas, como a Europa é ela mesma, a América como a Ásia também.*”

Em outro trecho Agostinho Neto esclarece: “*a cultura angolana é africana, sobretudo angolana*”¹⁴ e “[...] *no meu entender, será necessário aprofundar as questões que derivam da cultura das várias nações angolanas, hoje fundidas numa, dos efeitos da aculturação dado o contato com a cultura europeia e a necessidade de nos pormos de acordo sobre o aproveitamento dos agentes populares da cultura e fazermos Angola em Angola numa só corrente compreensiva da mesma*”¹⁵. Neto retoma ainda a discussão da identidade cultural e afirma: “*Nós somos uma encruzilhada de civilizações, ambientes culturais, e não podemos fugir a isso de maneira nenhuma, mas da mesma forma que nós pretendemos manter a nossa personalidade política, também é preciso que nós mantenhamos a nossa personalidade cultural.*”

Portanto, o problema não se coloca numa posição de ser a favor ou não do uso de uma dada língua. Ela é uma realidade em si, o que já é diferente do fato de se colocar a literatura africana num quadro referencial exterior à África, centrado em torno das ex-metrópoles. Por sua vez, na medida em que se aceite o princípio da diversidade da língua portuguesa¹⁶, esta pode contribuir para a unidade na diversidade. É nesta linha de pensamento que cabe por em discussão o problema das denominações.

A divulgação da literatura africana fora do espaço nacional deve ser apresentada num quadro de autonomia, independentemente da língua utilizada. O uso de denominações circunstanciais em países que não conhecem bem a evolução histórica do continente africano poderá levar os leitores a reforçar uma das ideias centrais do processo colonial: a inexistência de uma autonomia cultural africana, uma das ideias que foi utilizada como justificativa ou legitimação do processo colonial durante vários séculos.

(14) Discurso proferido na VI Conferência de Escritores Afro-Asiáticos, Luanda, 1979.

(15) NETO, Agostinho. ... *Ainda o meu sonho*. Lisboa/Luanda: Edições 70/União dos Escritores Angolanos, 1980, p. 46-47.

(16) CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa, 1984.

Os próximos anos certamente irão mostrar novas sínteses. A par da problemática surgida na encruzilhada entre as línguas nacionais e a língua oficial, reformas políticas certamente levarão a algum resultado. A política de unificação nacional certamente levará a conseqüências várias. Na antigüidade temos o testemunho das profundas mudanças e das mutações surgidas como conseqüência das reformas de Solon, no início do século VI a.C., criando *classes* horizontais, em cima de uma sociedade estritamente familiar e, mais tarde, as reformas de Clístenes, que introduziu as mais profundas mudanças na estrutura social ateniense com a criação das *demes*, o que permitiu a unidade política de Atenas acima das dez tribos militares. Uma nova dimensão surge com a cidade-Estado, a *polis*, resultado dessas reformas e mutações, o que permitiu a evolução do conceito de comunidade, originalmente centrado na geração familiar para um sentimento evidenciado no comportamento característico, da *polis*.

ABSTRACT: An incursion in the history of the evolution of the African romance allows to clarify the ambiguities appeared along the process. The romance, beyond the other forms of the fiction or of the poetry is, without doubt, one of the instruments for the knowledge of that phase of the colonial process. One of the central works of the Angolan literature of the beginning of the century gives us that idea. The popularization of the African literature out of the national space should be presented in an autonomy picture, independently of the used language.

Keywords: Africa; Angola; Literature; Colonial period